

## A AMÉRICA LATINA NO PERÍODO 1914-1929: ASPECTOS DA VIDA POLÍTICA, ECONÔMICA E SOCIAL

Iraci del Nero da Costa <sup>1</sup>

**RESUMO:** Esta compilação, baseada largamente nas obras arroladas nas Referências Bibliográficas, é dirigida, primordialmente, aos que se iniciam nos estudos sobre a história da América Latina. O texto abarca o período que se estende de 1914, quando teve início a Primeira Grande Guerra Mundial, até 1929, ano que conhece a grande crise econômica a qual abalou profundamente a economia mundial.

**PALAVRAS-CHAVE:** História, América Latina, Período 1914-1929.

**ABSTRACT:** This compilation, largely based on the works described in the Bibliographical References section, is meant primarily to those who are initiating their studies of Latin America history. The text covers the period extending from 1914, when the First World War begins, until 1929, with the onset of the great economic crisis which deeply shook the world economy.

**KEYWORDS:** History, Latin America, 1914-1929 Period.

### 1 - A AMÉRICA LATINA E A GUERRA MUNDIAL DE 1914

#### 1.1 O Alinhamento Diplomático

Em face da deflagração da Primeira Guerra Mundial, as nações latino-americanas procuraram manter-se neutras.

A maioria dos governos americanos lançou proclamação individual de neutralidade; paralelamente, efetuavam-se tentativas coletivas para se manter tal posição. Em agosto de 1914, o Peru sugeriu que as nações americanas elaborassem uma política comum visando à proteção de seus interesses comerciais. O Brasil desejava, ademais, o estabelecimento, em torno da América do Sul, de uma zona neutra, da qual seriam excluídos todos os vasos de guerra.

À época, chegou-se mesmo a organizar uma Comissão Especial de Neutralidade, formada de nove membros e presidida pelo Secretario de Estado dos Estados Unidos. Conquanto tal Comissão tenha funcionado até 1917, suas recomendações não se viram efetivadas. Isto deveu-se, sobretudo, à posição dos EUA, que encaravam com apatia os trabalhos da Comissão, pois, cada vez mais, aproximavam-se dos Aliados (Rússia, França e Inglaterra), aos quais também uniram-se a Romênia, Japão, Portugal, Itália e Grécia.

À vista da indiferença dos EUA, Argentina, Bolívia, Equador e México tentaram

---

<sup>1</sup> Doutor, Professor Livre-docente aposentado da FEA-USP - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. E-Mail: <[idd@terra.com.br](mailto:idd@terra.com.br)>.

promover uma ação comum dos países latino-americanos objetivando a salvaguarda da neutralidade; as três repúblicas sul-americanas sugeriram a realização de uma conferência de nações neutras, concluiu-se este que não chegou a realizar-se. O México, cujas relações com os EUA estavam estremecidas, propôs que os países neutros americanos rompessem as relações comerciais com os beligerantes.

A situação de neutralidade dos países americanos só foi rompida em abril de 1917, quando os EUA entraram em guerra contra as Potências Centrais (Alemanha e Áustria-Hungria, às quais aliaram-se a Turquia e a Bulgária). A partir de então, em momentos distintos, oito nações latino-americanas declararam guerra às Potências Centrais: Brasil, Costa Rica, Cuba, Guatemala, Haiti, Honduras, Nicarágua e Panamá. Bolívia, República Dominicana, Equador, Peru e Uruguai romperam relações com a Alemanha. Sete governos mantiveram-se neutros: Argentina, Chile, Colômbia, México, Paraguai, El Salvador e Venezuela. As nações latino-americanas que declararam guerra às Potências Centrais, ou romperam relações com elas, fizeram-no por reconhecer a liderança dos EUA e para manter a solidariedade das Américas. A tais condicionantes somaram-se os liames culturais e ideológicos com os Aliados e a alegação de que as Potências Centrais haviam violado as normas básicas do Direito Internacional.

As nações latino-americanas, além do fornecimento de matérias-primas, pouco se envolveram no conflito armado. No entanto, sua posição, em termos de política internacional, viu-se reforçada. Assim, onze países latino-americanos enviaram delegados à conferência de paz e assinaram o Tratado de Versalhes; com exceção do México, República Dominicana e Equador, todos os demais filiaram-se imediatamente à Liga das Nações, representando cerca de um terço do número total de seus membros.

## **1.2 O Impacto sobre Exportações e Importações**

No início da guerra, os preços declinaram e o volume das exportações da América Latina caiu rapidamente uma vez que o transporte marítimo encontrava-se praticamente interrompido. No entanto, as exportações recuperaram-se mais rapidamente do que as importações, de sorte que, de 1915 a 1919, a América Latina usufruiu de uma balança comercial crescentemente favorável. Em que pese a redução da entrada de capitais estrangeiros, a produção industrial foi estimulada pelas restrições que a guerra impôs à importação. Esta última que atingiu 1.320 milhões de dólares em 1913, reduziu-se para 930 milhões entre 1914 e 1916; em 1917 chega a

1.200 milhões de dólares, alcançando 2.800 milhões em 1920 e mantendo-se no nível médio de 2.200 milhões entre 1919 e 1929. No caso específico do Brasil, para o período 1914-18, as importações de bens de capital foram as que mais declinaram.

Ao irromper o conflito, fecharam-se os mercados europeus para os produtos exportados pelos países latino-americanos. As receitas, quase todas derivadas de tarifas aduaneiras, sofreram queda substancial, e muitos governos tiveram de recorrer a gastos deficitários. A Argentina, visando a evitar a extinção de suas reservas de ouro, proibiu a exportação deste metal e suspendeu os pagamentos em dinheiro. No Brasil as exportações sofreram queda da ordem de 50% e os preços do café e da borracha viram-se reduzidos drasticamente.

Enquanto a Inglaterra não rompeu o bloqueio a que esteve submetida no primeiro ano da guerra, o comércio internacional viu-se profundamente abalado. No entanto, a partir do momento em que a Inglaterra conseguiu restabelecer o domínio dos mares, o comércio de exportação voltou rapidamente a atingir o nível que vigorava antes do início do conflito mundial.

Os movimentos das exportações, importações e da balança comercial referidos acima evidenciam-se quando são considerados os dados relativos aos países sul-americanos. Na tabela 1, observa-se que as exportações, depois de declinarem abruptamente, recuperaram-se mais rapidamente do que as importações, as quais sofreram queda maior do que as exportações; nota-se, ademais, o crescente saldo favorável aos países sul-americanos.

Tabela 1  
COMÉRCIO EXTERIOR DAS REPÚBLICAS SUL-AMERICANAS  
(1913-19, em milhões de dólares)

ANO	EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES	SALDO
1913	1.160	1.020	140
1914	864	654	210
1915	1.177	524	653
1916	1.265	639	626
1917	1.431	899	532
1918	1.724	1.080	644
1919	2.187	1.368	819

Fonte: *Bulletin of the Pan-American Union*, apud NORMANO, J. F. *A Luta pela América do Sul*.

### **1.3 O Impacto sobre a Industrialização**

Como já afirmamos, a queda brusca do comércio exterior causada pela guerra significou um estímulo aos produtores latino-americanos. No entanto, tal estímulo foi limitado pela própria recuperação do comércio de importações, que começou a tomar novas forças já a partir de 1917.

Por outro lado, caso consideremos as características dos bens importados, verificaremos que os artigos de uso pessoal são os que mais rapidamente recuperam os níveis vigentes antes do início do conflito, e eram justamente estes bens que haviam começado a ser produzidos em maior escala nos países latino-americanos. Deste modo, à curta duração do período propício para o desenvolvimento da indústria aliou-se a grande entrada de bens de consumo originários dos EUA ou da Europa e que, via de regra, deslocaram os artigos produzidos nos países latino-americanos.

Outro elemento a limitar o impulso para a industrialização foi o corte, entre 1914 e 1918, das importações de máquinas, matérias-primas e combustíveis. Não obstante, deve-se ressaltar que as próprias limitações acima apontadas induziram um processo de substituição de importações -- tanto de bens de consumo, como de bens de capital -- muito importante para o posterior desenvolvimento industrial de alguns países latino-americanos.

## **2 - A PRESENÇA DOS EUA**

### **2.1 O Comércio Internacional**

O comércio com a América Latina, particularmente com a América do Sul) sempre foi alvo das disputas entre as nações economicamente mais desenvolvidas. Os Estados Unidos passaram a penetrar nos mercados sul-americanos a partir do fim do século passado. A Alemanha, igualmente, tentava deslocar a Inglaterra e a França, tradicionais fornecedores e clientes da América do Sul.

Antes da guerra de 14, cabia à Inglaterra o papel predominante no comércio sul-americano. O conflito mundial, no entanto, acarretou transformações substanciais. Em escala mundial pode-se afirmar que os EUA foram os grandes beneficiários da guerra travada em território europeu. Na tabela 2 ficam evidenciadas, para o caso da América do Sul, a participação crescente dos EUA e a perda -- em termos absolutos e relativos -- do Reino Unido. Enquanto o primeiro triplicava suas transações com a região, a Grã-Bretanha via seus negócios reduzirem-se nessa área.

Tabela 2  
 COMÉRCIO SUL-AMERICANO COM PAÍSES SELECIONADOS  
 (1913 e 1928, em milhões de dólares)

PAÍSES	1913	1928
Estados Unidos	364	1.050
Reino Unido	542	487
França	197	276
Alemanha	336	498

Fonte: NORMANO, J. F. *A luta pela América do Sul*.

Com respeito à América Latina como um todo, cabe salientar que, em 1927, os EUA adquiriram 35,1% das exportações totais e venderam 37,7% das importações latino-americanas; a Grã-Bretanha participava com 17,0% e 16,6%, respectivamente, e a Alemanha com 10,0% e 9,7%. Os EUA desenvolveram, pois, uma política comercial agressiva, comprando matéria-prima e gêneros alimentícios e aumentando as exportações de bens manufaturados. Este processo foi acompanhado de empréstimos públicos e privados que permitiram, às exportações norte-americanas, atingir o nível dos seus concorrentes europeus e superar largamente as exportações do Reino Unido para a área em apreço. Evidentemente, a Grã-Bretanha continuou a desempenhar um papel de grande importância nas relações dos países latino-americanos com os países desenvolvidos; não obstante, já ao fim do primeiro quartel do século XX, a supremacia econômica e política, com respeito às nações latino-americanas, cabia aos EUA.

## 2.2 Os Investimentos

Os investimentos dos EUA na América Latina também ganharam terreno, crescendo muito mais rapidamente do que os investimentos da Grã-Bretanha, conforme demonstrado na tabela 3.

Em 1913 havia maior volume acumulado de capital britânico, pois há muito tempo os britânicos vinham aplicando recursos na América Latina. Ao contrário dos norte-americanos, cujas aplicações concentravam-se, sobretudo, no México e em Cuba, os investimentos britânicos destinavam-se, principalmente, para a Argentina, Brasil, Chile, Peru e Uruguai. Ademais, embora os britânicos aplicassem quantias menores nos demais países latino-americanos, também neles

preponderavam em face dos investimentos norte-americanos.

Tabela 3  
INVESTIMENTOS DOS EUA E DA GRÃ-BRETANHA NA AMÉRICA LATINA  
(Em milhões de dólares)

PAÍSES	EUA			GRÃ-BRETANHA		
	1913	1929	Aumento (%)	1913	1929	Aumento (%)
<i>América do Sul</i>						
Argentina	40	611	1.428	1.860	2.140	15
Bolívia	10	133	1.233	2	12	496
Brasil	50	476	852	1.161	1.413	23
Chile	15	395	2.604	331	389	17
Colômbia	2	260	12.926	34	37	9
Equador	10	25	150	14	22	56
Paraguai	3	15	408	15	18	17
Peru	35	150	331	133	140	5
Uruguai	5	64	1.186	239	217	-9
Venezuela	3	161	5.252	41	92	122
<i>Outros Países</i>						
<i>Latino-Americanos</i>						
Costa Rica	7	35	410	33	27	-17
Guatemala	20	38	91	52	57	10
Honduras	3	12	332	15	25	62
Nicarágua	3	24	700	6	4	-35
El Salvador	3	15	410	11	9	-12
Panamá	5	36	627	--	7	--
Cuba	220	1.525	593	222	237	7
Haiti	4	30	668	--	--	--
México	800	1.500	93	807	1.034	28
R. Dominicana	4	23	498	--	--	--
TOTAL	1.242	5.587	349	4.983	5.889	18,2

Fonte: WINKLER, M. *Investments of United States Capital in Latin America*.

O confronto entre 1913 e 1929 deixa patente o grande dinamismo dos capitais norte-americanos. Na América do Sul o capital britânico ainda dominava, e os principais países nos quais eram aplicados recursos britânicos continuavam a ser a Argentina e o Brasil; no entanto, em alguns países -- Chile, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela -- o investimento norte-americano já superava o do Reino Unido. Na América Central as discrepâncias mostravam-se ainda mais

significativas, pois, excluindo-se a Guatemala e Honduras, o capital americano superava, claramente, o de origem britânica. Note-se, ainda, que a massa de investimentos norte-americanos dirigidos para esta área concentrava-se em Cuba. Com respeito ao México, também se observava a supremacia dos norte-americanos devida à grande magnitude de capitais ali aplicados entre 1913 e 1929.

Quanto às taxas de crescimento, mostrou-se patente a supremacia norte-americana, sobretudo na América do Sul. De outra parte, em alguns países -- Uruguai, na América do Sul; Costa Rica, Nicarágua e El Salvador na Central -- chegou a ocorrer decréscimo de investimentos britânicos.

### **2.3 A Diplomacia**

Como afirmamos, até 1914 a influência dos EUA concentrava-se no Caribe e na América Central. No período compreendido entre a Primeira Grande Guerra Mundial e a crise de 1929, os EUA ampliaram rapidamente sua influência econômica e política nas demais nações latino-americanas. Os países do Pacífico acabaram por se colocar inteiramente em sua órbita. O Brasil, o Uruguai e a Argentina também foram alvo da crescente preeminência dos EUA. Ao contrário do que continuava a ocorrer na América Central e no México, onde a presença aramada dos norte-americanos aparecia como norma, seus avanços na América do Sul não foram sustentados pela intervenção político-militar.

Na Nicarágua, a posição dos EUA viu-se reforçada com o Tratado Bryan-Chamorro, de 1914, que o autorizavam-no a "tomar todas as medidas necessárias" para proteger não só o Canal do Panamá, como também os direitos sobre um canal nicaraguense, direitos estes adquiridos em virtude do aludido tratado. Os EUA mantinham uma guarda de cem fuzileiros navais na Legação de Manágua e intervinham abertamente na política interna daquela nação. Ao aproximar-se a eleição de 1916, o governo norte-americano preveniu o Partido Liberal de que não reconheceria a vitória do candidato do partido; isto levou os liberais a abster-se de participar das eleições.

Em 1905 os EUA haviam passado a controlar as alfândegas haitianas; esta intervenção viu-se completada em 1915, quando os norte-americanos ocupam militarmente o Haiti e assumem o controle integral do país.

Em 1916, os fuzileiros navais norte-americanos entraram na cidade de São Domingos, capital da República Dominicana, e ocuparam ainda outros portos e várias cidades do interior.

Em 1917 dar-se-ia nova intervenção em Cuba.

O México também foi vítima da presença de forças norte-americanas, as quais, em 1914, ocuparam a cidade portuária de Vera Cruz a fim de impedir o desembarque de um carregamento de armas destinado ao governo do Presidente Huerta.

Em 1915 foram retiradas as forças norte-americanas do México; em 1922 de Cuba; da República Dominicana, em 1924, e da Nicarágua em 1925. Mas, em 1927, os fuzileiros navais desembarcaram novamente na Nicarágua; a ocupação deste país durou até 1933, a ela opôs-se o grupo armado chefiado pelo General César Augusto Sandino. Quanto ao Haiti, apenas em 1934 deu-se a devolução das alfândegas e a saída das tropas norte-americanas.

### **3 - TRANSFORMAÇÕES POLÍTICAS E SOCIAIS**

#### **3.1 Visão de Conjunto**

No período entre as duas grandes guerras mundiais delinearam-se transformações político-sociais da maior significância para a história de muitos países latino-americanos. A tutela mantida pelas elites oligárquicas dominantes passou a ser contestada com maior intensidade. Ao lado das camadas médias urbanas -- muitas vezes expressivamente representadas pelo movimento estudantil encontrava-se o movimento operário e a participação de facções do exército.

O movimento operário surgiu no México, Argentina e Chile na última década do século passado. Paralelamente, constituíram-se os primeiros movimentos políticos que recusavam a direção das oligarquias tradicionais; é o que ocorre nos casos da União Cívica Radical argentina, do Partido de Reforma Democrática peruano e do Partido Colorado uruguaio. No Brasil, já entrada o século XX, teremos, no movimento tenentista, a grande expressão do descontentamento nacional com a condução da vida política nos quadros limitados dos interesses oligárquicos.

Outra expressão da corrente antioligárquica consubstanciou-se na reforma universitária que, após a guerra de 14, difundiu-se pela América Latina a partir de Córdoba (Argentina). A reforma universitária de Córdoba visou a eliminar a onipotência dos professores, a impor a participação dos estudantes e converter a universidade em instrumento de formação de uma cultura nacional. Esta nova dimensão emprestada ao ensino universitário trazia implicações revolucionárias à medida que estimulava as universidades a se tornarem propagadoras de transformações sociais.



Para J. C. Mariátegui, "o movimento estudantil que teve início com a luta dos estudantes de Córdoba (Argentina), pela reforma da Universidade, assinala o nascimento da nova geração latino-americana. A inteligente compilação de documentos da reforma universitária na América Latina, realizada por Gabriel del Mazo, cumprindo uma incumbência da Federação Universitária de Buenos Aires, oferece uma serie de depoimentos comprovados sobre a unidade espiritual deste movimento. O processo de agitação universitária na Argentina, Uruguai, Chile, Peru etc. acusa a mesma origem e o mesmo impulso. A faísca da agitação é, quase sempre, um incidente secundário; mas, a força que a propaga e a dirige provém deste estado de ânimo, desta corrente de ideias cognominada -- com alguma possibilidade de erro -- de 'novo espírito'. Por isto, o desejo de reforma se apresenta, com os mesmos caracteres, em todas as universidades latino-americanas. Os estudantes de toda a América Latina, se bem que levados à luta por reivindicações peculiares de sua própria existência, parecem falar a mesma linguagem." (MARIÁTEGUI, J. C. *Sete ensaios...*, p. 85).

O movimento pela reforma universitária conduziu à politização dos estudantes, que se tornaram, em mais de um país, os porta-vozes dos estratos populares ainda não mobilizados politicamente. No entanto, este movimento estudantil não conseguiu inserir-se de maneira permanente e eficaz na luta política, cada vez mais complexa. Neste jogo vai influir o exército, um elemento conservador, se comparado ao estudantil.

### **3.2 Transformações Socioeconômicas e Políticas**

O México representa uma exceção ao quadro acima delineado. Como sabido, aquela nação conheceu um profundo movimento revolucionário, cujas raízes remontam ao século passado, e no qual se fizeram presentes amplas forças populares, particularmente os camponeses. A revolução dirigida contra a ditadura de Porfírio Diaz culminará em 1917 com o estabelecimento de uma nova Constituição na qual viram-se combinados o anticlericalismo, o nacionalismo e o reconhecimento da urgência de reformas sociais profundas: o artigo 27 nacionalizava as riquezas minerais e previa a reforma agrária; o 123 atribuía ao Estado a proteção dos trabalhadores. Estatuía-se a jornada de oito horas e o salário mínimo, proibia-se o trabalho das crianças, fixava-se a participação nos lucros e a indenização por acidentes e dispensa de trabalhadores. Reconhecia-se, ainda, a ação dos sindicatos.

Ao lado da evolução política revolucionária do México coloca-se aquela caracterizada

pela democratização pacífica da vida política, prevalecente nos casos do Chile, Argentina e Uruguai. Quanto ao restante dos países latino-americanos, perdurou o domínio das oligarquias ou das ditaduras militares, as quais, quase sempre, representavam os interesses das elites dominantes.

No Uruguai estabeleceu-se a modernização sob a égide de José Batlle y Ordóñez, do partido colorado, que chegou à presidência em 1903. Batlle derrotou seus inimigos políticos na batalha de Masoller, em primeiro de setembro de 1904, convertendo-se em herói militar. O ponto alto de sua ação política deu-se com a aprovação da Constituição de 1917, a qual, como a Mexicana, estabelecia um novo padrão constitucional que incluía um vasto programa de legislação social. Estabeleceu-se, assim, um sistema previdenciário, a jornada de oito horas de trabalho e o salário mínimo. No entanto, evitou-se um confronto com os grandes estancieiros -- que se apoiavam no partido dos *blancos* --, não se estendendo a legislação social ao campo e não se procedendo à reforma agrária. Na verdade, o programa implementado pelo "batllismo" apoiava-se na prosperidade econômica do Uruguai, já que, somente com a continuidade da prosperidade seria possível financiar a modernização política e social do Uruguai sem atingir a vitalidade econômica da produção de base ou a riqueza dos grandes proprietários. É, pois, nos quadros da expansão econômica iniciada no abrir do século, reafirmada no período da primeira grande guerra mundial e confirmada no pós-guerra que se assentou a política de Batlle.

Na Argentina, encontraremos um quadro mais nuançado. Das crises políticas e econômicas do final do século XIX resultou a criação da União Cívica Radical a qual se colocava em oposição à ordem conservadora que dominava o cenário político nacional. Apesar de seu nome, a União Cívica Radical lutava por um programa moderado: extensão do sufrágio, liberdade de palavra e imprensa, governo representativo e respeito à propriedade privada. Os elementos de esquerda que a haviam integrado abandonaram o movimento radical, em 1895, para organizar o Partido Socialista argentino.

Em 1912, o presidente conservador Roque Sáenz Peña abriu o caminho para a ascensão dos radicais ao poder, pois fez prevalecer o sufrágio universal, que até então existia apenas formalmente na Argentina. Já em 1912 -- sob a égide da nova legislação eleitoral --, a União Cívica Radical elegeu um terço dos membros da Câmara dos Deputados. Logo depois conquistou os governos de Santa Fé, Entre Rios e Córdoba. Em 1916, na primeira eleição presidencial efetuada sob a vigência do código eleitoral instituído por Sáenz Peña, subiu ao poder Hipólito

Irigoyen, velho líder da União Cívica Radical.

Este triunfo do "radicalismo" estava baseado nas camadas médias urbanas do litoral e nos amplos estratos populares das cidades, bem como em quase toda a classe média da zona de cultivo de cereais e numa parte considerável de pequenos criadores de gado. Embora Irigoyen tenha estabelecido algumas leis que atendiam aos interesses dos trabalhadores -- proibição do trabalho de assalariados aos domingos, criação de um departamento nacional do trabalho, organização de agências de emprego, construção de casas populares etc. --, a ação de seu governo voltou-se, em várias oportunidades, contra as atitudes mais avançadas dos trabalhadores da cidade e do campo.

Como no caso do "batllismo", as condições econômicas propícias davam sustentação ao radicalismo de Irigoyen, que se reelegeu em 1928. A crise de 1929 provocou um abalo econômico fatal para a continuidade da hegemonia política dos radicais. Assim, em setembro de 1930, um golpe militar pôs fim ao governo Irigoyen e na experiência democrática iniciada em 1912.

No Chile, a vida política era dominada por duas coalizões: a Aliança Liberal e a União Nacional. Em 1920, opôs-se à União Nacional, a candidatura do liberal Arturo Alessandri, o qual havia ingressado no Senado em 1912, com o apoio dos operários das minas de salitre. Alessandri apresentava-se como candidato da renovação e das classes populares. Sua vitória propiciou o desenvolvimento do movimento operário. Em 1924, Alessandri foi reeleito, mas viu-se obrigado a partir para o exílio em 8 de setembro do mesmo ano em decorrência do golpe militar desferido pelos conservadores. O poder foi tomado por uma junta militar que se aproximou da União Nacional, a qual representava a oposição conservadora à Aliança Liberal de Alessandri. A junta governou apenas durante cinco meses, pois foi derrubada por um grupo de oficiais favoráveis a Alessandri que, convidado, voltou à Presidência. Reassumindo a chefia do governo, convocou uma comissão consultiva que, sob sua orientação, redigiu uma nova Carta Constitucional, que instituiu um Executivo forte e independente em substituição ao sistema parlamentar vigente desde 1891.

Alessandri, no entanto, não conseguiu cumprir seu mandato, pois entrou em choque com seu Ministro da Guerra, Carlos Ibáñez, que o substituiu. Convocaram-se eleições especiais em maio de 1927 e Ibáñez saiu-se vitorioso. Embora tenha organizado um eficiente sistema de ação do Executivo, Ibáñez também foi obrigado a renunciar, em julho de 1931, em face da retração

econômica decorrente da crise de 1929.

Nas demais nações latino-americanas, como já tivemos oportunidade de frisar, dominavam as oligarquias ou ditaduras militares, as quais, em maior ou menor escala foram atingidas pela crise de 1929. Atenhamo-nos a alguns casos.

Na Colômbia, o governo era controlado, desde 1884, pelo partido conservador, partido do Exército, dos latifundiários, dos capitalistas e do clero católico. Este estado de coisas foi rompido em 1930, com a eleição do liberal Enrique Olaya Herrera. Os condicionantes da ascensão dos liberais deveram-se a uma cisão no partido conservador, à insatisfação popular com o governo corrupto e venal, ao descontentamento da classe trabalhadora com as medidas repressivas tomadas contra as greves e, sobretudo, à depressão econômica decorrente da crise de 29.

No Peru e na Venezuela encontraremos ditaduras empolgadas por caudilhos. No Peru o poder caberá a Augusto B. Leguía que, depois de seu primeiro mandato presidencial (1908-12), adotou uma postura política contrária aos interesses dos grandes proprietários. À frente do Partido de Reforma Democrática, opôs-se ao Partido Civilista, depôs o presidente José Pardo, em julho de 1919, e dominou o país até 25 de agosto de 1930, quando foi deposto pelos militares. Leguía introduziu emendas de caráter liberal na Constituição de 1920 e estabeleceu leis que fixavam salários mínimos e um máximo de horas de trabalho. Tais atitudes, no entanto, não foram bastantes para superar o caráter ditatorial e repressivo do regime.

O mesmo ocorreu na Venezuela. O regime ditatorial foi estabelecido por Cipriano Castro e prosseguiu sob seu sucessor, Juan Vicente Gómez, que dominou o país até 1935, ano em que faleceu.

Gómez promulgou uma nova Constituição em 1914 e governou por dois mandatos consecutivos. Em 1929 permitiu que fosse eleito um novo presidente, mas voltou ao poder em 1931 para dominar a agitação decorrente da crise mundial. Durante o período em que esteve no poder, a Venezuela, graças ao petróleo, conheceu uma situação financeira folgada.

Outros países latino-americanos também foram dominados, no período entre as duas grandes guerras, pela figura do caudilho-ditador: Isidoro Ayora no Equador, Jorge Ubico na Guatemala, Geraldo Machado em Cuba, Rafael Leonidas Trujillo Molina na República Dominicana e Rafael Franco no Paraguai.

Consideramos até aqui algumas das expressões assumidas pelas transformações socioeconômicas e políticas ocorridas na América Latina no período 1914-29. No plano da luta

pelo poder central, contemplamos a emergência de novas forças que colocaram em questão a dominação exercida pelas oligarquias tradicionais, vinculadas à propriedade da terra. Surgiram novos partidos, os quais, em maior ou menor escala, expressavam o descontentamento com respeito à condução da vida nacional nos quadros estreitos dos interesses oligárquicos. A forma como foi canalizado o descontentamento, assim como os resultados observados em cada nação latino-americana decorreram de um complexo conjunto de condicionantes. Um elemento fundamental parece ter sido a correlação de forças entre os distintos grupos econômicos e políticos empenhados, em cada país, na busca da hegemonia sobre a vida nacional. Dai verificarmos, ao fim do período, grandes disparidades entre as nações da região. Em algumas prevaleceram as antigas oligarquias; em outras, as camadas sociais dominantes chegaram a soluções de compromisso visando a garantir seus privilégios econômicos e políticos. Apenas no México ocorreram mudanças estruturais mais profundas, que chegaram a assumir um caráter revolucionário.

Devemos lembrar, ainda, que, embora não tenham representado papel determinante em termos do poder político central, segmentos populares altamente representativos participaram das lutas políticas travadas entre a Primeira Guerra e a crise de 1929. Referimo-nos ao movimento estudantil, à mobilização das camadas médias urbanas, à participação de facções progressistas do exército -- cuja expressão maior deu-se, no Brasil, com a Coluna Prestes -- e à atuação do proletariado urbano. Esta última deve ser compreendida em seus três aspectos: as greves -- lembrem-se aqui, a título de exemplo, a greve geral de 1917 em São Paulo e a de 1919 em Buenos Aires --, o desenvolvimento do movimento sindical -- que, no período, se viu fortalecido em parcela ponderável dos países latino-americanos -- e a organização de partidos comunistas ou socialistas em muitas das nações da região em apreço.

As mudanças socioeconômicas aqui referidas influenciaram, também, o pensamento científico e a criação artística. Cabem aqui três exemplos da mais alta significância: a obra do peruano Mariátegui, o Movimento Indianista e a Semana de Arte Moderna de 1922, em São Paulo, que desempenhou papel decisivo na renovação da literatura e das artes plásticas brasileiras. Sobre José Carlos Mariátegui (1895-1930), afirmou Florestan Fernandes: Mariátegui foi o próprio artífice de sua grandeza. Nascido de uma família pobre e tendo de prover o seu sustento precocemente, encontrou em suas atividades práticas os meios para prover sua auto-educação, para demonstrar e aperfeiçoar sua vocação literária, e para tornar-se o maior expoente

do socialismo de sua geração e da década de 20-30 não só quanto ao Peru, mas a toda América Latina) [...] As metas que se propõe explicitamente são as mesmas que se iriam impor, reiteradamente, daí em diante, as várias gerações de cientistas sociais da América Latina. Primeiro, contribuir para a crítica socialista dos problemas e da história do Peru; segundo, concorrer para a criação de uma versão peruana do socialismo" (MARIÁTEGUI, J. C. *Sete ensaios...*, p. xiii-xiv)

Quanto ao movimento indianista, deve-se frisar a importância dos pioneiros peruanos. Manuel González Prada (1848-1918) denunciou, em verso e prosa, a opressão a que estavam submetidos os índios. Da defesa dos índios participaram ainda o poeta José Santos Chocano (1875-1934) e J. C. Mariátegui. O movimento indianista transformou-se em ação reformadora a favor da massa rural miserável e analfabeta, e desenvolveu-se no Peru, México, Equador e Bolívia.

## **4 - A CRISE DE 1929 E A AMÉRICA LATINA**

### **4.1 O Impacto sobre a Economia**

As nações da América Latina receberam, com a crise de 1929, o impacto de uma grande redução no valor de suas exportações. Tal fato representou, evidentemente, uma quebra em sua capacidade de importar. Estas nações, por sua própria herança colonial e pela maneira como se inseriram no processo de divisão internacional do trabalho depois dos movimentos de independência, podiam ser definidas como exportadoras de matérias-primas ou de gêneros alimentícios. Como é sabido, em face da recessão econômica, a demanda por tais produtos sofreu uma brusca retração que repercutiu, imediatamente, no nível de renda e de emprego dos países latino-americanos. Entretanto, como indicado na tabela 4, esse efeito não se fez sentir da mesma forma em todos os países, devido à ao fato de exportarem produtos distintos. Os minérios, por exemplo, com a queda da atividade econômica, têm reduzidas as suas encomendas, caindo a quantidade exportada e também o preço, como no caso do México e do Chile. Os gêneros tropicais, como o café, conheceram uma queda de preço, mas as quantidades exportadas mantiveram-se estáveis ou aumentaram; assim, o Brasil conseguiu compensar uma parte da perda decorrente da queda do preço com o aumento da quantidade exportada, sofrendo, portanto, impacto econômico menor do que os países acima citados. Na Argentina, grande produtora de alimentos de cultura com ciclo vegetativo anual, observou-se uma recuperação dos preços, dada

uma pequena redução na quantidade exportada. Disto decorreu uma queda menor em sua capacidade para importar do que a verificada nos demais países.

Tabela 4  
INDICADORES DO INTERCÂMBIO EXTERNO EM PAÍSES SELECIONADOS DA A. L.  
(Variação porcentual do quinquênio 1930-34 em relação ao quinquênio 1925-29)

PAÍS	Quantum das Exportações	Termos de Intercâmbio	Capacidade para Importar	Quantum das Importações
Argentina	-8	-20	-27	-32
Brasil	+10	-40	-35	-48
Chile	-33	-38	-58	-60
México	-25	-43	-55	-45

Fonte: FURTADO, Celso. *Formação Econômica da América Latina*.

A crise de 1929 demonstrou a fragilidade das economias especializadas na produção de uns poucos bens com vistas à exportação, dependentes, portanto, do comércio exterior não só para o escoamento de seus produtos, mas, principalmente, para seu suprimento com bens de consumo e de produção.

Não se deve pensar, no entanto, que as economias latino-americanas fossem unicamente produtoras de bens primários e que dependessem totalmente do mercado internacional para se abastecer de manufaturados. Embora o processo de substituição de importações, em bases sólidas e definitivas, somente tenha se instaurado nesses países após a crise de 29, já há, no período anterior, o estabelecimento de indústrias em muitas dessas nações. A Argentina, por exemplo, produzia internamente, em 1910, um terço de suas necessidades de implementos agrícolas; em 1930, já instalara uma refinaria de petróleo construída quase inteiramente dentro de suas fronteiras. No Brasil, a indústria manufatureira também mostrou grande desenvolvimento no período anterior à crise, tendo recebido importantes transferências de fundos do setor exportador.

O México representou caso particular. No começo do século empregavam-se 30.000 pessoas na indústria têxtil, que dispunha de 20.000 teares e 700.000 fusos e, em 1903, empreendia produção siderúrgica própria. Ali observou-se, entretanto, desde 1910, uma revolução que se estendeu até 1921. Em 1921, em face dos dados apresentados em 1910, a produção industrial havia baixado 9,0% e a agrícola, 3,0%. Por outro lado, a despeito da destruição infligida às estradas de ferro, os transportes haviam aumentado 39,0% em virtude da utilização dos motores a explosão. A produção de petróleo também se viu incrementada, ainda

que segundo a modesta taxa de 0,7% ao ano. Concomitantemente, a partir de 1917 implementava-se a reforma agrária. Entre 1910 e 1930 deu-se rápido crescimento da população urbana, que passou de 22,3% para 33,5% do número total de habitantes do país. Tais transformações prepararam o substancial crescimento industrial subsequente.

No Chile e no Uruguai, países com mercados muito menores, houve também grandes esforços de industrialização no período pré- crise, sendo bastante importante a indústria uruguaia de produtos frigorificados, assim como a de lã, curtumes e outras atividades manufatureiras. Outros países da região, entretanto, mantiveram suas economias "abertas" e, praticamente, sem a implementação de indústrias até a crise.

Embora já se houvesse dedicado algum esforço no sentido da industrialização, a economia latino-americana era tão dependente das potências dominantes que foi gravemente afetada pela crise de 29: ruína da moeda, queda catastrófica dos preços agrícolas, venda a preço vil de gêneros agrícolas -- cereais, café, gado -- e de produtos minerais, o que reduziu brutalmente o comércio exterior e, em decorrência, as rendas orçamentárias, com interrupção ou redução da atividade nas explorações mineiras pertencentes a sociedades estrangeiras. A consequência imediata de tal quadro foi a instituição do controle cambial, a suspensão do pagamento dos juros da dívida, a que se somou o agravamento da miséria e uma sensível queda nas importações de bens manufaturados. Os governos procuraram, então, alcançar um novo equilíbrio agrícola, diversificando suas culturas, e, sobretudo, buscaram estabelecer as bases para a produção de bens manufaturados que a falta de divisas não permitia comprar no exterior.

#### **4.2 O Impacto sobre a Vida Política**

Do ponto de vista político, a crise representou um impacto devastador sobre a estrutura de poder até então vigente. Ocorreram golpes e movimentos revolucionários dos mais variados matizes. Em Cuba, Geraldo Machado, senhor da ilha desde 1921, cai em 1931, e seis presidentes sucedem-se em vinte e dois meses; em 1936, o coronel Batista estabelece uma ditadura de corte fascista; no Peru, Leguía é deposto pelo Coronel Cerro, em 1930; Siles, senhor da Bolívia desde 1926, cai sob os golpes do coronel Toro, logo substituído por Busch; na Venezuela, Gómez, na República Dominicana, o general Trujillo, na Guatemala, Ubico, Carias, em Honduras e Martinez, em El Salvador, tornam-se ditadores; no Equador, onze presidentes assumem o poder entre 1931 e 1939; na Argentina os conservadores voltam a dominar a situação, graças ao golpe



de Estado do general Urriburu; no Uruguai, em 1934, instala-se a ditadura de Terra, agravada em 1938 pela do general Baldomir; no Paraguai, a do coronel Franco, que derrubou o general Estigarribia em 1939; no Chile, Ibáñez é deposto em 1931, sucedendo-se oito presidentes em dezoito meses.

Em 1930 também será rompido o equilíbrio político vigente no Brasil. A luta entre as oligarquias regionais, o movimento tenentista e o descontentamento das camadas médias e de parcela dos grandes proprietários agrícolas propiciam a ruptura da Primeira Republica. Getúlio Vargas assume o poder e nele permanecera até 1945.

Em 1939, em toda a América Latina, apenas quatro países apresentam um regime democrático estável: o Chile, governado por uma coligação da Frente Popular; o México, onde Cárdenas chega ao termo de seu mandato; a Costa Rica e a Colômbia, dirigidas por governos de tendência liberal-conservadora. Nos outros países, como apontado, pululam ditaduras mais ou menos disfarçadas.

### Referências Bibliográficas

ALEXANDER, Robert J. *A Organização do Trabalho na América Latina*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.

BARRETO, Antonio Emílio Muniz. *Relações Econômicas e o Novo Alinhamento Internacional do Brasil: 1870-1930*. São Paulo, FEA-USP, mimeografado, 1977.

CEPAL. *El Proceso de Industrialización en América Latina*. Nova York, Nações Unidas, 1965.

CROUZET, Maurice (org.). *História Geral das Civilizações*, tomo VII, 3o. volume. São Paulo, DIFEL, 1963.

DONGHI, Tulio Halperin. *História da América Latina*. Rio Janeiro, Paz e Terra, 1975.

DORFMAN, Adolfo. *El Desarrollo Industrial de América Latina*. Santa Fé, Imprensa de La Universidad Nacional del Litoral, 1942.

DOZER, Donald Marquand. *América Latina: Uma Perspectiva Histórica*. Porto Alegre, EDUSP e Editora Globo, 1966.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica da América Latina*. Rio de Janeiro, Lia Editor, 2a. ed., 1970.

LAMBERT, Jacques. *América Latina: Estruturas Sociais e Instituições Políticas*. São Paulo,

Editora Nacional, 1972.

LOBO, Maria Eulália Lahmeyer. *América Latina Contemporânea*. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.

MARIÁTEGUI, José Carlos. *Sete Ensaio de Interpretação da Realidade Peruana*. São Paulo, Alfa-Omega, 1975.

MAURO, Frédéric. *História Econômica Mundial: 1790-1970*. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.

NORMANO, João Frederico. *A Luta pela América do Sul*. São Paulo, Editora Atlas, 1944.

WINKLER, M. *Investiments of United States Capital in Latin America*, Kennikat Press, 1971.